

## **A EDUCAÇÃO ESCOLAR ALIENADA: UMA ANÁLISE DOS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO NA LEI 9494/96**

Lôyde Gonçalves, Deize Gulinelli, Elaine Gulinelli, Bruna Hamer, Ieda Laisner, Gabriela Lima, Lyvia Martim, Solange Salles, Yaeko Tsuhako, Áurea Costa – Educação – Pedagogia – Departamento de Educação – Faculdade de Ciências – Campus de Bauru.

Qual a finalidade da educação escolar na sociedade? Teria a escola a função de adaptar o aluno à ideologia da sociedade capitalista, ou de formação crítica do indivíduo? Existe um certo incômodo ao refletir as questões pertinentes a esse tema. Duarte (2003) aponta que, atualmente, vivemos sob a ilusão da sociedade do conhecimento, segundo a qual se acredita que o conhecimento é muito mais acessível a todos. Seria tal o incômodo devido ao fato de a escola contemporânea ter sucumbido a tais ilusões? Se pretender levar à formação crítica, como a escola pode fazê-lo se é atravessada pelas ilusões da sociedade do conhecimento, a qual consiste numa ideologia que embota uma crítica ao contexto capitalista?

Todas essas indagações nos levam a investigar uma hipótese: as práticas escolares que se fundamentam na concepção de sociedade do conhecimento são alienadas, pois secundarizam os conteúdos em relação aos métodos e equivalem as categorias conhecimento e informação, levando à redução da primeira à segunda. Nesses termos, a alienação residiria no fato de a classe trabalhadora ser alijada do conhecimento não só na organização capitalista do trabalho, como também na própria escola. E isso têm sido estabelecido na legislação educacional, desde a definição dos objetivos do ensino, conforme buscamos analisar no caso brasileiro.

Para empreendermos a análise dos objetivos do ensino fundamental na Lei 9394/96, percorremos o seguinte caminho: a partir de nossa hipótese, iniciamos revisando os conceitos de alienação e trabalho educativo, os quais consideramos essenciais para realizar a crítica do lema aprender a aprender. Num terceiro momento do texto, nos debruçamos sobre o tema citado, uma vez que ele se faz presente no texto da lei e consiste na forma que a educação escolar alienada tem assumido desde o século XX. Após as investigações sobre as categorias procedemos à análise do artigo 32 da Lei 9394/96, que legisla sobre os objetivos do ensino fundamental.

### **A escola como espaço dialético de produção da (des) alienação**

O homem possui duas naturezas: a biológica, que consiste nas características referentes à sua espécie, comuns a todos os homens; e a social, construída através das gerações. O homem nasce com os atributos de sua natureza animal, e se humaniza dentro de um processo de socialização que envolve os outros seres humanos. Existem duas condições básicas para que isso ocorra: a) o homem se realiza como tal ao se colocar como um ser em transformação; b) tal realização só pode se dar através da história: “a medicação necessária para a realização do homem é a realidade material” (MARX, *apud* GADOTTI, 1990, p.42).

O trabalho é a atividade pela qual o homem domina as forças naturais, humaniza a natureza e a si mesmo. Trata-se de uma ação intencional, portanto, não é qualquer tipo de atividade, e sim aquela que cria um mundo humano. No decorrer dos processos históricos, o trabalho, como condição natural, passou a ser uma atividade de sofrimento. Como teria ele se tornado o “algoz” do homem?

A divisão social do trabalho e o aparecimento de classes sociais, ocasionou um fenômeno social segundo o qual alguns homens passaram a dispor de meios para explorar o trabalho de outros. Um trabalho em condições não assumidas livremente pelos próprios trabalhadores. Surgem, então, as contradições no interior da comunidade humana, o trabalho antes intencional e criador, torna-se impositivo, passivo e repetitivo. Passa a existir um estranhamento entre trabalhador e trabalho, pois o no decorrer desse processo, eles foram assumindo tarefas laborais cada vez mais parceladas e esvaziadas de conteúdos, mecânicas, de modo a afastá-los cada vez mais do saber sobre a atividade de trabalho. Ademais, o produto do trabalho passou a pertencer a outra pessoa e, ao invés de realizar-se no seu trabalho. Tudo isso tornou o trabalho, que deveria ser uma atividade em que o homem transforma a natureza e se transforma, numa atividade que lhe é estranha, alheia à sua realidade. O ser humano se alienou-se nele; em lugar de libertar-se, foi submetido a novas opressões: “O trabalhador

põe a sua vida no objeto; porém agora ela já não lhe pertence, mas sim ao objeto” (MARX, 2001, p. 112). A alienação vai além da incorporação no produto do trabalho, mas desde o processo de produção, pois o trabalhador encontra-se alienado, alheio a tal processo como um todo.

No que tange ao conceito de trabalho, pode-se analisá-lo, segundo a seguinte categorização: o trabalho material e o trabalho não-material. O primeiro consiste na ação direta do homem transformando a natureza; o segundo surge como premissa do primeiro, pois “para produzir materialmente, o homem necessita antecipar em idéias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais” (SAVIANI, 2005, p. 12). Neste âmbito, dá-se o trabalho não-material, ou seja, a produção do saber.

Educar consiste num trabalho de natureza não-material. No sistema capitalista, a escola é o grande instrumento para preparar a “mão-de-obra” responsável pela manutenção do sistema. A burguesia luta por torna-se detentora não somente do capital material, mas também do capital cultural.

Contudo, a educação e o trabalho podem ser apropriados pela classe trabalhadora como meios para transformação da sociedade atual, constituindo-se, a um só tempo, instrumentos de alienação e de luta contra a opressão, na medida em que as formas como se dá essa apropriação escapam ao controle da burguesia, pois: “O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2005, p.13), assim a finalidade da educação estaria em levar os saberes ao homem para que este possa analisar e compreender o processo histórico-social de construção do conhecimento e da sociedade.

Nessa luta, um dos mecanismos de alienação é o esvaziamento dos conteúdos na escola, por meio da irradiação da ideologia de que aprender os métodos seria mais adequado às necessidades da sociedade contemporânea, do que os conteúdos, para fins de adaptação do indivíduo à essa sociedade. É nesse contexto que surgem as pedagogias fundamentadas no lema do “aprender a aprender”.

Duarte (2003) caracteriza as pedagogias do “aprender a aprender” como aquelas que defendem o aprender fazendo, valorizando mais o processo de aprendizagem do que os conteúdos sistematizados. O enfoque está na formação de indivíduos criativos, porém essa criatividade limita-se à busca de novas ações para uma melhor adaptação ao *status quo*, ou seja, para a manutenção da sociedade capitalista e não a criatividade que busque uma transformação da realidade social, através do desenvolvimento das habilidades necessárias.

Outra característica é de priorizar o que o indivíduo aprende por si só em detrimento do que é transmitido por outras pessoas. O problema está na priorização de um em relação ao outro que não deveria ocorrer, porque o conhecimento transmitido pelos outros é tão fundamental como a aprendizagem que o indivíduo faz por si só (Op. Cit., p. 44 e ss.).

A preparação do indivíduo não deve objetivar a formação do homem para ser adaptado a sociedade, mas para que tenha consciência de sua realidade social e o poder de transformá-la, pois, a adaptação ao *status quo* capitalista implica, antes de mais nada, na aceitação da alienação no trabalho, a qual nutre o capital. Consideramos que a educação escolar crítica é aquela que proporciona às futuras gerações esses conhecimentos, não se limitando a desenvolver habilidades e competências para o trabalho alienado. Tal é a perspectiva que iluminou nossa análise dos objetivos do ensino fundamental na lei maior da educação brasileira.

### **Os objetivos do ensino fundamental na LDB: alienação dos homens ou transformação social?**

A partir das reflexões sobre o conceito de alienação, buscamos realizar uma análise introdutória dos objetivos do ensino fundamental, enunciado na Lei 9394/96 da seguinte maneira:

Art 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais BRASIL, 1996, In: BRZEZINSKY, 1997, p.240, grifos nossos).

O caput do artigo aponta o ensino fundamental com o objetivo da formação básica do cidadão. É necessário refletir que formação básica é esta: básica para o que? Ou para quem? A resposta pode ser encontrada na exigência mínima de formação da mão-de-obra para o mercado de trabalho. O próprio nome, ensino fundamental, remete aquilo que essencialmente o trabalhador precisa para sobreviver:

O primeiro e terceiro incisos apontam o desenvolvimento da capacidade de aprender. A leitura, escrita e o cálculo são os meios para tal. Por que reduzir os conteúdos à leitura e escrita; e a matemática ao cálculo? Retomamos a formação básica da mão-de-obra: o que precisa o trabalhador além disto? Ele precisa da capacidade de aprender, entendida como a capacidade de se adaptar à sociedade, bem como à aquisição de competências e habilidades, as quais se tornam a finalidade da educação e os conteúdos o meio para adquiri-las. E tais competências e habilidades são determinadas pelas novas exigências do mercado de trabalho, mais uma vez reforçando a adaptação do aluno às exigências capitalistas.

O segundo inciso destaca a “compreensão do ambiente natural e social, o sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”, porém tal compreensão sem análise, reflexão e crítica tende à aceitação, submissão a tudo em que se fundamente a sociedade. Reforçando o caráter adaptativo desta visão de educação. Constata-se que se trata de um artigo que visa concretizar os interesses da classe burguesa de impor à classe trabalhadora uma formação alienada, irradiando a ideologia burguesa. Diversamente do que consta nesse artigo,

Se se quer destruir o tipo de educação que forma o homem burguês, deve-se atacar os fins e não os meios, formar o homem [...] capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige. Não se trata apenas de qualificar o trabalhador manual, mas tornar cada cidadão um governante. (GADOTTI, p.74)

A despeito de se constar no artigo a formação para cidadania, nos incisos seguintes limita-se a educação escolar a enfatizar, antes, a capacidade de aprendizagem, do que os conteúdos de aprendizagem, arrolados genericamente.

No quarto inciso é evidenciada a função redentora que a educação pretende assumir. O “fortalecimento dos laços de família, de solidariedade humana” são destacados como aspectos que permeiam e sustentam a vida social, contudo,

Com esta compreensão, a educação como instância social que está voltada para a formação da personalidade dos indivíduos, para o desenvolvimento de suas habilidades e para a veiculação dos valores éticos necessários à convivência social, nada mais tem que fazer do que se estabelecer como redentora da sociedade, integrando harmonicamente os indivíduos no todo social. (LUCKESI, p.38)

Ocorre aí uma ampliação da função social da escola, incluindo-se a “missão” de produção da harmonia social ao adaptar os indivíduos à sociedade capitalista.

## Considerações Finais

Nossa proposta de reflexão sobre a Lei 9394/96, esboçada no presente texto, nos permitiu aprofundar os questionamentos sobre a educação escolar pós 1996. A partir da constatação de que é necessário neste ponto mais questionar do que afirmar, chegamos a alguns pontos, os quais nos levaram a problematizar os objetivos do ensino fundamental expressos na letra da lei.

As análises nos permitiram afirmar que os valores que a sustentam tendem, antes, à adaptação dos indivíduos à sociedade do que à formação de homens que possam refletir e transforma-la. Então, essa proposta de educação nos aproxima da corroboração da hipótese de que, nessa proposta, a escola pode ser considerada como uma instituição alienante, pois existe um estranhamento entre a classe trabalhadora em busca de conhecimentos e a escola, que secundariza cada vez mais os mesmos, análogo àquele entre o trabalhador e o trabalho na organização laboral capitalista. A alienação é o distanciamento entre as possibilidades do homem singular e as possibilidades do gênero humano. Torna-se então evidente que a alienação da educação escolar, tem buscado distanciar o homem singular de suas possibilidades de ser criador enquanto gênero humano.

A partir das considerações de Duarte (2003), reafirmamos que as funções precípuas da escola consistem em despertar o interesse do aluno, entender o aprendizado como um processo, considerar o espaço escolar como um espaço de relações que não podem ser ignoradas, etc são alguns dos pontos intrínsecos à prática educativa e que não devem ser subsumidos. A alienação precisa ser estudada, analisada, refletida continuamente para que criemos possibilidades de sair dela. A educação só iniciará o processo de *desalienação* quando se assumir alienada e estudos como este permitirem novos caminhos.

## Referências Bibliográficas

- BRASIL, **LEI** nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: BRZEZINSKY, I. (Org.) **LDB interpretada: diversos olhares que se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997, anexo I, p.208-228.
- DUARTE, Newton. **Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões?** Campinas: Autores Associados, 2003.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação – Um estudo introdutório**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 1990.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética?** São Paulo: Brasiliense, 1992. (Primeiros Passos).
- LUCKESI, Cipriano C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1991.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**, São Paulo: Martin Claret, 2001.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 9.ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Escola e democracia**. 37.ed., Campinas, SP, Autores Associados, 2005.